



Principais desafios enfrentados pela agricultura na Venezuela

Por Francisco F. Herrera

O surgimento e a consolidação de uma proposta de gestão política com forte participação popular, liderada fundamentalmente pelos setores segregados da população urbana e rural, favoreceram a transformação do Estado venezuelano, tanto da estrutura jurídica quanto dos atores políticos. Esse fenômeno começou com a chegada de Hugo Chávez à presidência em 1999, e sua principal alavanca foi a elaboração de uma nova constituição nacional. Esse marco na história do país marca o início de uma etapa na transição do modelo agroalimentar do país, herdado de um século de políticas determinadas pelas receitas do petróleo.

Após duas décadas de um processo convulsivo de transformações na atividade agrícola, não sem tensões, contradições e resistências, é necessário refletir sobre alguns dos desafios que exigem atenção. Está claro que o objetivo principal é a criação de um sistema sustentável de produção de alimentos que



seja tecnológica e culturalmente soberano. Nesse sentido, três desafios essenciais são descritos a seguir: a inércia programática implícita na história recente da agricultura venezuelana e sua alavancagem no modelo científico-industrial; a demografia do país após um século de cultura do petróleo; e a inegável transformação das condições ecossistêmicas globais, regionais e locais que determinarão o verdadeiro potencial da produção agrícola do país. Esses três aspectos não são os únicos determinantes da soberania agroalimentar, mas, do ponto de vista da governança de políticas públicas e da participação popular, representam nós fundamentais que exigem compreensão e consideração para o futuro próximo.

Primeiro desafio: a cultura do petróleo

A extração e a comercialização do petróleo como um fenômeno econômico, social e cultural começaram na Venezuela na segunda década do século XX. Até então, a economia do país era essencialmente baseada na produção agrícola. No decorrer de algumas décadas, a sociedade foi reconfigurada em torno das cidades, seguindo o modelo imposto de progresso e modernidade, alavancado pela riqueza derivada dos hidrocarbonetos. A atividade agrícola diminuiu drasticamente, e as práticas camponesas e o modelo de fazenda colonial foram substituídos pela implementação do modelo agroindustrial promovido pelos Estados Unidos em meados do século. Esse fenômeno levou a mudanças drásticas, como: 1) a preponderância de políticas de importação de alimentos e práticas agrícolas de capital intensivo; 2) a migração maciça de camponeses do campo para as cidades e campos de petróleo; 3) a criação de faculdades de agronomia com o objetivo de treinar para a agricultura mecanizada e o processamento industrial de alimentos; e 4) a consolidação de uma pequena burguesia agroindustrial urbana a partir dos antigos proprietários de terras do período das fazendas. Essa transformação abrangente da agricultura na Venezuela, em um período de tempo tão curto, deixou de lado as formas tradicionais de produção e consumo de alimentos, principalmente nas instituições acadêmicas e governamentais, criando uma população urbana de costas para a agricultura e a vida rural: esse fenômeno ficou conhecido como cultura do petróleo (Quintero, 1972).

A combinação de uma moeda supervalorizada, a introdução de tecnologias estrangeiras, o capital privado e a burocracia estatal fizeram com que a



distribuição de alimentos não dependesse da produção agrícola doméstica. Com o tempo, um setor agroindustrial moderado - altamente subsidiado pelas receitas do petróleo - seria gerado, justaposto a uma atividade agrícola muito restrita e marginal (Herrera et al., 2017). Uma economia portuária seria a alternativa alimentar para o país.

O modelo agroindustrial favoreceu uma nova atividade agrícola, agora técnica, dependente e formada por médios e grandes proprietários de terras; para o campesinato, foram relegadas as terras pouco produtivas ou afastadas dos eixos produtivos favorecidos pelo mercado. Em termos de distribuição de terras, no final do século XX, os grandes proprietários de terras representavam 5% dos proprietários de terras e possuíam 75% das terras; o campesinato, a grande maioria da população rural, ficou com 6% das terras (Purcell, 2017).

Desde então, a dependência do petróleo caracterizou a vida cultural, política e econômica do país e deu origem a tensões internas e pressões externas. Consequentemente, a segurança alimentar e, mais recentemente, a soberania alimentar têm sido objetivos recorrentes da narrativa política nacional.

Segundo desafio: a demografia atual do país

A Venezuela, juntamente com o Uruguai e a Argentina, é um dos países com as maiores populações urbanas da região. Esse fenômeno se deve principalmente à migração interna durante o século passado, como consequência da acumulação e circulação de capital em algumas cidades e da falta de incentivos econômicos para viver no campo. Hoje, apenas 5 cidades concentram cerca de 34% da população, e as cidades com mais de 100.000 habitantes representam 81% da população.

A população do país, de cerca de 30 milhões de habitantes, está distribuída principalmente na costa do Caribe, onde a baixa soberania hídrica e alimentar aumenta a vulnerabilidade a cenários de incerteza climática e tensões políticas que afetam o sistema alimentar (produção/importação e distribuição). O país tem uma rede de rios de alto fluxo nas áreas menos densamente povoadas, e os solos de maior qualidade para a agricultura estão distribuídos ao longo das encostas dos sistemas montanhosos e das planícies do rio Orinoco, cobrindo cerca de 30 milhões de hectares, dos quais mais de 60% são adequados para a



pecuária extensiva. Cerca de sete milhões de hectares são adequados para a agricultura vegetal, e metade dessa área é cultivada com culturas mecanizadas (milho, arroz, sorgo, soja, feijão e algodão); a produção agrícola envolve menos de 5% da população, e o setor agroindustrial como um todo é estimado em apenas 14%.

A agricultura camponesa, que é uma categoria difícil de definir devido à sua semelhança com os pequenos produtores, foi estimada entre 600.000 e 900.000 pessoas, e é a única categoria que tem a soberania alimentar plena ao seu alcance. Por outro lado, nas cidades, e especialmente na última década, cresceu um forte movimento de agricultura urbana, que vai desde a produção de alguns itens essenciais e de ciclo curto até iniciativas altamente organizadas que incluem a criação de pequenos animais, estufas e mercados locais (Alban et al. 2017). A partir desses números, fica claro que a produção de alimentos na Venezuela está associada principalmente ao setor agroindustrial privado nas áreas de cereais, leguminosas e proteína animal, além de horticultura e fruticultura com camponeses e pequenos produtores; os déficits de alimentos geralmente são supridos por meio de importações. Também está muito claro que a grande maioria da população do país não apenas não produz os alimentos que consome, mas também está localizada a grandes distâncias dos principais centros de produção de alimentos. Essa realidade revela por que os alimentos se tornaram, na história política recente do país, um elemento de conflito entre as tensões entre o Estado e o setor industrial privado, ou entre o governo nacional e os interesses estrangeiros: ambas as situações são evidências de uma profunda vulnerabilidade alimentar.

Terceiro desafio: o planeta está mudando rapidamente

Além das tensões políticas resultantes da cultura do petróleo ou da preponderância da população urbana, outro fenômeno – que envolve o desafio da agricultura para alcançar a soberania alimentar – é a crise ambiental global. Esse fenômeno, às vezes chamado de mudança climática ou crise climática, vai muito além do clima: abrange os solos, o ciclo da água, a vida nos oceanos, a perda de diversidade e aspectos tão complexos como o desequilíbrio ou a ruptura dos ciclos de nitrogênio e fósforo em nível planetário (Herrera et al. 2018). Tais processos estão produzindo transformações alarmantes nas condições de vida no planeta, e é preciso dizer que a agricultura nada mais é do



que um ecossistema modificado para mantê-lo em uma condição selecionada; portanto, seu entrelaçamento com a dinâmica dos ciclos biogeoquímicos do planeta é inevitável e qualquer tentativa de ignorar essa realidade é irresponsável.

De uma perspectiva ecológica, talvez uma das contribuições que revela a profundidade da crise ambiental planetária que estamos vivenciando seja a contribuição de Rockström e colaboradores (2009) intitulada "Um espaço operacional seguro para a humanidade" (tradução livre pela RAÍZES). Essa revisão mostra como as atividades humanas contemporâneas estão gerando profundas transformações nos sistemas ecológicos do planeta, a tal ponto que começamos a transgredir os limites de aceitabilidade de alguns deles, que eles chamam de limiares. A base dessa abordagem, que teve grande impacto na comunidade científica devido à clareza com que reflete a dimensão da crise, é que o planeta está apresentando novas condições biofísicas que não estavam presentes nos últimos 10 mil anos, e as transgressões desses limiares gerarão condições muito estranhas à experiência humana em toda a sua história e com maior impacto na experiência agrícola e sedentária de nossa espécie; Isso nos lança em um planeta ecologicamente desconhecido, com acentuado esgotamento de fontes de vida outrora abundantes, como água doce, solos férteis, pesca e insetos polinizadores, para citar os mais evidentes. Os autores argumentam que os limites dos subsistemas biofísicos que ultrapassamos, e cujas consequências são imprevisíveis, incluem a extinção de espécies, o equilíbrio do ciclo global do nitrogênio e o equilíbrio do ciclo do fósforo. Da mesma forma, estamos próximos de ultrapassar os limites em áreas como acesso à água doce, mudança no uso da terra, acidificação dos oceanos e mudança climática.

Sem dúvida, o esgotamento das condições de vida acelerará o surgimento de conflitos locais, a apropriação forçada de recursos e as migrações em massa, cujos efeitos estão apenas começando a ser considerados (UNCCD, 2017). Portanto, não é exagero dizer que estamos enfrentando uma crise ambiental global iminente de proporções alarmantes e consequências imprevisíveis. Consequentemente, a possibilidade de alcançar alternativas que favoreçam a soberania alimentar requer uma compreensão profunda das causas fundamentais desse fenômeno e, no caso da Venezuela, articulá-las com o reconhecimento da inércia imposta por seu histórico de políticas agrícolas e as implicações que a visão do país teve em sua demografia.



Opções políticas e éticas

Uma alternativa necessária, baseada na racionalidade e na responsabilidade envolvidas na geração de mudanças radicais na política agrária nacional, é passar qualquer programa, projeto, acordo internacional ou plano nacional em matéria agroalimentar pelo duplo crivo da sustentabilidade e da soberania. Esse duplo crivo se aplica ao diálogo com os múltiplos atores internos e externos que estão pressionando o potencial de transformação do modelo agrícola; significa trazer para o século XXI uma discussão que arrasta consigo muitos dos simbolismos do passado que começam a ser anacrônicos nos tempos ecológicos que estamos vivendo no planeta.

O risco de não avaliar a sustentabilidade (por meio da aplicação e interpretação de indicadores) é ignorar a capacidade socioecológica dos agroecossistemas. Essa omissão pode ter implicações a médio ou longo prazo, como a diminuição da produção de alimentos, o aumento da pobreza local ou da migração, tensões sobre o acesso à água ou a solos férteis; além de perder a oportunidade de gerar um planejamento do sistema agroalimentar que esteja ciente das falhas do modelo agroindustrial e que, ao mesmo tempo, se prepare para cenários que incorporem transformações das condições ecossistêmicas.

Sem dúvida, a magnitude da crise ambiental planetária não é compreendida nem assumida por grande parte da população. Caso contrário, as políticas públicas e os planos de desenvolvimento estariam sendo feitos em outras direções. Essa crise é um co-produto do capitalismo, pois, em sua essência, esse sistema cresce a partir da exploração não-racional da natureza; portanto, o capitalismo global determina a crise ambiental global; por isso, diante do colapso do capitalismo, é um erro tático, com consequências imprevisíveis, esperar que alternativas viáveis para a crise ambiental sejam propostas a partir de dentro dele. O Ocidente ficou com poucos pontos de referência para buscar, mas em nossos territórios não somos apenas o Ocidente: temos pontos de referência ricos e múltiplas alternativas. Formas tradicionais, práticas, memória coletiva, identidade, cosmovisão são inestimáveis diante de uma crise que apresenta poucas referências, as quais, combinadas com híbridos agroecológicos (pensamento científico - pensamento camponês), são racionalmente mais coerentes do que as ofertas corporativas e tecnocientíficas. No entanto, é preciso ressaltar que a desproporção entre a população urbana e a rural é uma tarefa pendente na realidade venezuelana.



Por outro lado, construir a sustentabilidade dos modelos agroalimentares globais e locais não é apenas desejável, é urgente. As evidências são tão contundentes que essa necessidade é um dos poucos espaços em que a ecologia, a face ambiental do capitalismo (Herrera et al., 2018), confronta um dos bastiões do modelo de desenvolvimento e sua versão neoliberal atual (Rockström et al., 2009). O tempo para a sustentabilidade declarada, vazia e midiática está se esgotando; ela deve ser mostrada, testada, medida e avaliada com a participação popular. Este texto propõe o uso de ferramentas como a resiliência socioecológica, a avaliação dos ciclos de vida (em relação ao setor agroalimentar) ou a pegada ecológica, que podem fornecer referências quantitativas para uma variável que tem sido fundamentalmente discursiva, mas raramente demonstrada ou quantificada, como a sustentabilidade.

Por fim, é fundamental assumir que as tensões políticas e cognitivas no cenário nacional não cessarão por muito tempo; são necessárias mais vontade e mais consciência da condição ambiental planetária, além de debates amplos e democráticos para avançar por caminhos radicalmente transformadores. O Estado deve assumir uma compreensão coerente do momento histórico. A disputa de territórios pelos atores de poder de um sistema econômico que está em colapso na Venezuela e além de nossas fronteiras nos convida a fortalecer as bases sociais e seu acesso direto às condições de vida; e é aí que a água, o solo, as sementes, a organização política e a informação são decisivos. A organização política e a consciência do momento histórico são elementos fundamentais para os povos que aspiram a alcançar a soberania alimentar.

Referências

Alban, R., Arteaga, M. y Herrera, F. (2017). Agricultura urbana em Caracas: diagnóstico de espaços agroprodutivos a partir de uma perspectiva socioecológica. *Cadernos de Desenvolvimento Rural*, 14(80): 1-19.

Herrera, F. F., Domené-Painenao, O. y Cruces, J. M. (2017). A história da agroecologia na Venezuela: Um processo complexo e multifocal. *Agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis*, 41 (3-4): 401-415.

Herrera, F. F., Lew, D. y Peña, E. (2018). A ecologia acadêmica na América Latina diante da crise ambiental I: elementos históricos que constituem seu posicionamento atual. *Interciência*, 43 (11): 799-807.



Purcell, T. F. (2017). A economia política do capitalismo rentista e os limites da transformação agrária na Venezuela. *Revista de Mudança Agrária*, 17: 296-312.

Quintero, R. (1972) *Antropologia do petróleo*. Siglo XXI Editores.

Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, A., Stuart III Chapin, F., Lambin, E., Lenton, T. M., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., De Wit, C. A., Hughes, T., Van der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Costanza, R., Svedin, U., Falkenmark, M., Karlberg, L., Corell, R.W., Fabry, V. J., Hansen, J., Walker, B., Liverman, D., Richardson, K., Crutzen, P. y Foley, J. (2009). Um espaço operacional seguro para a humanidade. *Nature*, 461: 472-475.

UNCCD (2017) *O Panorama Global da Terra. Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação*. Bonn, Alemanha. 337 pp.